

Ata da **Reunião Ordinária do Conselho Fiscal** do Instituto de Previdência Municipal de Ubatuba – IPMU, realizada aos trinta dias do mês de abril de dois mil e quinze, às nove horas, na sala de reuniões da sede do IPMU, sob a presidência da Conselheira Vitalina Maria de Arruda. Presentes os Conselheiros: Aurélio Xavier Correa, Cláudia Romana Ferreira de Oliveira e Luiz Gustavo Bastos de Oliveira. Presentes os membros da Diretoria Executiva do IPMU: Flávio Bellard Gomes, Presidente e Sirleide da Silva, Diretora Administrativa Financeira. Aberta a reunião, a diretora Sirleide, em atendimento a Lei Municipal 2.650/2002, realiza a **explanção da Prestação de Contas do 1º Trimestre de 2015**, conforme processo administrativo IPMU/044/2015. **1-) BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS.** Nos três primeiros meses do ano foram concedidas 12 (doze) aposentadorias e 01 (uma) pensão: Ana Cláudia Ellena Regueiro Soares (aposentadoria especial de professor), Antônio Carlos (aposentadoria por tempo de contribuição), Benedita de Fátima dos Santos Fonseca (aposentadoria especial de professor), Cleunice de Souza Nunes (aposentadoria especial de professor), Cleusa Maria de Oliveira (aposentadoria por idade), Hélio Castro Rodrigues (aposentadoria por tempo de contribuição), Josenei de Oliveira Cipriano (aposentadoria especial de professor), Jurema Aparecida Soares dos Santos (aposentadoria especial de professor), Maria Aparecida Norberto de Moura (aposentadoria especial de professor), Nilo do Rosário (aposentadoria por tempo de contribuição), Richard Ricardo dos Santos (aposentadoria por tempo de contribuição), Rufino Nunes de Barros (aposentadoria por tempo de contribuição) e Odracir dos Santos Pereira Campos (pensão vitalícia pelo falecimento do servidor aposentado Carlos Pereira de Campos). No fechamento do trimestre, o custo com a folha dos 420 (quatrocentos e vinte) aposentados foi de R\$ 1.011.926,94 (um milhão onze mil novecentos e vinte e seis reais e noventa e quatro centavos), cabendo ao IPMU o valor de R\$ 854.320,06 (oitocentos e cinquenta e quatro mil trezentos e vinte reais e seis centavos), à Prefeitura Municipal o valor de R\$ 154.191,62 (cento e cinquenta e quatro mil cento e noventa e um reais e sessenta e dois centavos) e à Câmara Municipal o valor de R\$ 3.415,26 (três mil quatrocentos e quinze reais e vinte e seis centavos). O custo com as 121 (cento e vinte e uma) pensões, foi de R\$ 198.966,29 (cento e noventa e oito mil novecentos e sessenta e seis reais e vinte e nove centavos), cabendo ao IPMU o valor de R\$ 176.571,88 (cento e setenta e seis mil quinhentos e setenta e um reais e oitenta e oito centavos), à Prefeitura Municipal o valor de R\$ 16.313,90 (dezesseis mil trezentos e treze reais e noventa centavos) e à Câmara Municipal o valor de R\$ 6.080,51 (seis mil oitenta reais e cinquenta e um centavos). No período, a relação **ativo x inativos** teve uma pequena redução se comparada com dezembro de 2014, passando de 2,85 para 2,79 ativos para cada inativo, percentual abaixo da margem de segurança considerada pelo Ministério da Previdência como necessária para a manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial do plano de benefício previdenciário (mínimo de 3 ativos para 1 inativo). O repasse da contribuição previdenciária patronal e servidor no mês de março foi de R\$ 1.181.438,11 (um milhão cento e oitenta e um mil quatrocentos e trinta e oito reais e onze centavos). Após o pagamentos da folha de benefícios, o saldo para aplicação foi de R\$ 150.546,17 (cento e cinquenta mil quinhentos e quarenta e seis reais e dezessete centavos), representado 12,74% do valor recebido. **2-) DESPESAS.** As Despesas Previdenciárias (R\$ 3.488.106,79 – três milhões quatrocentos e oitenta e oito mil cento e seis reais e setenta e nove centavos) e as Despesas Administrativas (R\$ 153.433,52 – cento e cinquenta e três mil quatrocentos e trinta e três reais e cinquenta e dois centavos) ficaram dentro do orçamento. **3-) RECEITAS.** As Receitas Orçamentárias no período (R\$ 11.628.810,57 – onze milhões seiscentos e vinte e oito reais e cinquenta e sete centavos) foram suficientes para neutralizar a Desvalorização das Aplicações Financeiras (R\$ 1.395.972,12 – um milhão trezentos e noventa e cinco mil novecentos e setenta e dois reais e doze centavos), resultando num saldo positivo de R\$ 10.532.837,97 (dez milhões quinhentos e trinta e dois mil oitocentos e trinta e sete reais e noventa e sete centavos). **4-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA.** O repasse no período foi de R\$ 100.126,02 (cem mil cento e vinte e seis reais e dois centavos). **5-) BANCO SANTOS.** Com relação aos valores bloqueados, a última amortização ocorreu em dezembro de 2013, totalizando o valor de R\$ 1.213.184,36 (um milhão duzentos e treze mil cento e oitenta e quatro reais e trinta e seis centavos), representando 44,87% do valor bloqueado em outubro de 2004 (R\$ 2.703.767,60 – dois milhões



setecentos e três mil setecentos e sessenta e sete reais e sessenta centavos). **6-) GESTÃO FINANCEIRA.** O primeiro trimestre do ano de 2015 foi bastante complicado, principalmente para a Renda Variável. Com exceção à economia dos EUA, que demonstrou sinais mais sólidos de recuperação, as demais economias mundiais, incluindo a brasileira, se mostraram bastante frágeis e imersas na crise. As decisões de investimento para o ano de 2015 serão baseadas em um cenário de elevação de taxa de juros no Brasil e nos EUA. Estados Unidos. O destaque do mês de março foi a mudança da orientação futura de política monetária apresentada pelo FED na última reunião do FOMC. O Banco Central norte-americano retirou do comunicado o termo "paciente", mas condicionou a alta de juros ao comportamento da inflação e ao andamento do mercado de trabalho. A mensagem da FED foi mais suave do que o mercado esperava, pois indicou que a instituição normalizará a política monetária de forma gradual e cautelosa. Os dados de atividade continuaram em desaceleração no mês de março. Zona do Euro. Tivemos o início das compras de ativos no âmbito do programa de relaxamento quantitativo promovido pelo Banco Central Europeu, o que deu impulso positivo para os mercados. Por outro lado, o governo grego não conseguiu apresentar um programa de reformas que atendesse aos credores, requisito indispensável para que o país continue recebendo ajuda financeira. O impasse nas negociações juntamente com a quase que exaustão dos recursos que o país detém para fazer frente a seus compromissos, aumentou a pressão para que o governo grego apresente uma proposta consistente já no início de abril. China. Continua apresentando cenário de desaceleração, e tendo em vista o elevado grau de dependências de nossas exportações, especialistas acreditam que pode afetar o crescimento do Brasil. O destaque no período foi o anúncio da redução da meta de crescimento de 7,5% para 7,0% em 2015 e da inflação que passou de 3,5% para 3,0% também para 2015. Diante dos riscos de desaceleração da atividade, o governo chinês sinalizou que pode realizar em breve novos cortes de juros. As exportações caíram 15% em março na comparação com um ano antes, um choque diante da expectativa de alta de 12%. Por trás disso está o fortalecimento do Iuan (moeda chinesa), e o resultado aumenta as preocupações com o crescimento econômico do país e as expectativas de novo estímulo econômico. Brasil. O primeiro trimestre de 2015 foi marcado por uma deterioração nos indicadores de atividade econômica e por crescentes desafios para a nova equipe. Além disso, não bastassem os níveis dos reservatórios terem sido abaixo das médias históricas nestes últimos três meses, a Petrobras divulgou redução em seus investimentos previstos e venda de ativos. Mesmo com o ciclo de alta da SELIC, a inflação se manteve em patamares bastante elevados, porém a o crescimento da economia foi praticamente nulo. As recentes decisões da nova equipe econômica parecem ter surtido efeito para a retomada da confiança do mercado. Os ajustes fiscais (aumento da receita através de aumento de impostos e redução dos gastos) devem ter efeito, se efetivamente praticados, a médio prazo. Dessa forma, a economia ainda deve se manter em recessão por algum tempo, mas como uma forma de estar preparada para um crescimento constante e mais firme. RENDA FIXA. No mercado de renda fixa, a volatilidade também foi alta. Esse movimento de alta nas taxas ocorreu principalmente pela forte desvalorização do Real, que no mês foi de 12,50%, e assim sinaliza para uma inflação maior no futuro. As taxas dos DI's deram continuidade ao movimento de avanço, especialmente nos vértices intermediários e longos. Este movimento esteve ligado à cautela com o cenário doméstico, além do avanço do dólar frente ao real. A decisão do Copom em elevar a taxa Selic para 12,75% ao ano não pesou nos negócios, pois já vinha sendo precificada pelo mercado. Apesar de ter deixado a taxa básica de juros no Brasil no maior patamar desde 2009, não parece ser o fim do ciclo de aperto monetário iniciado em outubro. O comunicado pós reunião mostra que a autoridade monetária segue aberta para novos aumentos na Selic. No fechamento do 1º trimestre do ano vimos o dólar forte, se valorizando frente praticamente todas as moedas do mundo até meados do mês. A crescente proximidade do início da normalização da política monetária norte americana foi a principal causa desse movimento, embora os dados da economia americana tenham perdido um pouco do seu vigor. A forte tendência de depreciação do real diminuiu recentemente, em linha com o movimento global do dólar americano, que mostrou alguma estabilização. Mas fundamentos ainda apontam para um cenário de fortalecimento do dólar no médio prazo, mas possivelmente num ritmo menos intenso do que o observado recentemente. RENDA VARIÁVEL. O Ibovespa, principal



Handwritten signatures in blue ink at the bottom of the page, including a large signature on the left, a smaller one in the middle, and another on the right.

indicador acionário doméstico, apresentou retorno de 2,29% no ano de 2015 (considerando o período de janeiro a março), influenciado principalmente pelo desempenho das ações da Petrobrás e Vale. O fraco desempenho da economia brasileira, aliado à queda dos preços das commodities e aos efeitos da operação lava-jato impactou o desempenho das principais empresas brasileiras em 2015. Os setores que tiveram a performance mais positiva no mês foram: papel e celulose, agronegócio, siderurgia e serviços financeiros. Do lado negativo, estão: mineração, transporte e logística e bancos. Fatores políticos influenciaram de maneira importante o mercado, sendo que notícias relacionadas à aprovação ou não do ajuste fiscal requerido pelo governo têm tomado destaque. As ações de Petrobras também contribuíram para a alta, de forma mais modesta, com as notícias sobre a possível publicação do balanço. Como destaque negativo, temos a queda de 16% nas ações da Vale, como consequência da queda dos preços do minério de ferro, que sofre em função da redução da atividade econômica da China. Os analistas financeiros continuam a visualizar um cenário desfavorável para a renda variável em 2015. Nenhum indicador econômico sinaliza melhora para a bolsa. O consumo das famílias pode não crescer no mesmo ritmo apresentado nos últimos anos. O risco de racionamento de água e de energia elétrica aumenta a cada dia (represas trabalhando em níveis baixíssimos e hidroelétricas trabalhando na capacidade máxima), risco que não parece estar sendo precificado no preço dos ativos. Todos esses fatores, aliado a um cenário desfavorável para economias emergentes (devido a incertezas com economias como a grega e russa) tornam o Brasil e a bolsa brasileira desinteressante para o investidor externo.

Desempenho dos principais índices de renda fixa e renda variável no primeiro trimestre de 2015: Imobiliário (5,63%), Meta Atuarial (5,57%), IMA-B 5 (4,36%), IMA-B Total (3,38%), Patrimônio (3,16%), IBRX-50 (2,91%), IMA-B 5+ (2,83%), CDI (2,81%), IRFM 1 (2,76%), Ibovespa (2,29%), IRFM Total (2,04%), IRFM 1+ (1,64%), Dividendos (-6,21%) e Small Caps (-6,21%).

A **Carteira de Investimentos** do IPMU apresentou valorização dos ativos financeiros, no fechamento do primeiro trimestre do ano, aumentado o patrimônio financeiro, que passou de R\$ 223.247.878,43 (duzentos e vinte e três milhões duzentos e quarenta e sete mil oitocentos e setenta e oito reais e quarenta e três centavos) em fevereiro para R\$ 224.568.231,85 (duzentos e vinte e quatro milhões quinhentos e sessenta e oito mil duzentos e trinta e um reais e oitenta e cinco centavos) em março.

Meta Atuarial. Apesar da valorização dos ativos financeiros, a meta atuarial não foi atingida devido a alta variação do índice de inflação: meta atuarial de 5,7567% enquanto o crescimento financeiro foi de 3,1630%, diferença negativa de 2,59% do patrimônio, o que representa R\$ 5.645.975,17 (cinco milhões seiscentos e quarenta e cinco mil novecentos e setenta e cinco reais e dezessete centavos).

Diversificação dos investimentos: a-) Fundos DI (R\$ 63.831.703,05 – sessenta e três milhões oitocentos e trinta e um mil setecentos e três reais e cinco centavos, correspondendo a 28,42% do PL), b-) Fundos IRFM 1 (R\$ 44.549.500,61 – quarenta e quatro milhões quinhentos e quarenta e nove mil quinhentos reais e sessenta e um centavos, correspondendo a 19,84% do PL), c-) Títulos Públicos IPCA (R\$ 43.790.741,01 – quarenta e três milhões setecentos e noventa mil setecentos e quarenta e um reais e um centavos, correspondendo a 19,50% do PL), d-) Fundos IMA-B 5 (R\$ 21.536.230,04 – vinte e um milhões quinhentos e trinta e seis mil duzentos e trinta reais e quatro centavos, correspondendo a 9,50% do PL), e-) Fundos IMA-B (R\$ 20.126.275,56 – vinte milhões cento e vinte e seis mil duzentos e setenta e cinco reais e cinquenta e seis centavos, correspondendo a 8,96% do PL), f-) Títulos Públicos IGPM (R\$ 14.052.784,44 – catorze milhões cinquenta e dois mil setecentos e oitenta e quatro reais e quarenta e quatro centavos, correspondendo a 6,26% do PL), g-) Fundos Crédito Privado IPCA (R\$ 11.771.600,00 – onze milhões setecentos e setenta e um mil e seiscentos reais, correspondendo a 5,24% do PL), h-) Fundos Ibovespa (R\$ 2.659.517,22 – dois milhões seiscentos e cinquenta e nove mil quinhentos e dezessete reais e vinte e dois centavos, correspondendo a 1,18% do PL) e i-) Fundos Ibx-50 (R\$ 2.249.879,92 – dois milhões duzentos e quarenta e nove mil oitocentos e setenta e nove reais e noventa e dois centavos, correspondendo a 1,00% do PL).

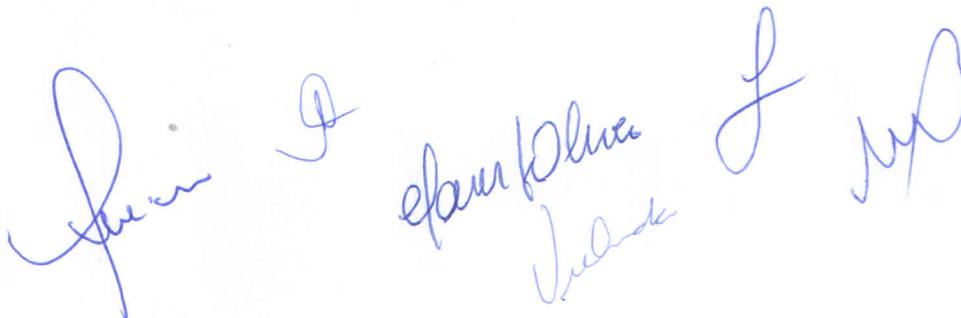
Aplicação de recursos por Instituição Financeira: a-) Caixa Econômica Federal: R\$ 46.763.946,78 (quarenta e seis milhões setecentos e sessenta e três mil novecentos e quarenta e seis reais e setenta e oito centavos) correspondendo a 20,82% do PL, b-) Santander: R\$ 35.922.930,76 (trinta e cinco milhões novecentos e vinte e dois mil novecentos e



trinta reais e setenta e seis centavos) correspondendo a 16,00% do PL, c-) Itaú: R\$ 33.344.934,80 (trinta e três milhões trezentos e quarenta e quatro mil novecentos e trinta e quatro reais e oitenta centavos) correspondendo a 14,85% do PL, d-) Banco do Brasil: R\$ 31.330.841,37 (trinta e um milhões trezentos e trinta mil oitocentos e quarenta e um reais e trinta e sete centavos) correspondendo a 13,95% do PL e e-) Bradesco: R\$ 19.362.052,69 (treze milhões trezentos e sessenta e dois mil cinquenta e dois reais e sessenta e nove centavos) correspondendo a 8,62% do. A carteira de Títulos Públicos encerrou o mês com R\$ 57.843.525,45 (cinquenta e sete milhões oitocentos e quarenta e três mil quinhentos e vinte e cinco reais e quarenta e cinco centavos) correspondendo a 25,76% do PL. **Duration das Aplicações.** No encerramento do primeiro trimestre do ano, 49,55% das aplicações estavam alocadas em fundos de longo prazo (18,55% fundos IMA's, 25,76% carteira de títulos públicos e 5,24% fundos de crédito privado), 48,26% das aplicações estavam alocadas em fundos de curto prazo (19,84% fundos IRFM 1 e 28,42% em fundos DI) e 2,19% das aplicações financeiras alocadas em renda variável (2,01% fundos de ações referenciadas e 0,18% em fundos de ações).

Enquadramento das Aplicações Financeiras. Com exceção das aplicações no segmento de fundos de crédito privado (desenquadramento passivo), todas as demais aplicações financeiras estão enquadradas conforme Resolução CMN 3.922/2010. **Fundos de Crédito Privado.** As aplicações nos Fundo de Investimentos - Renda Fixa "Crédito Privado" estão em desacordo com o Artigo 7º, inciso VII, alínea "b" (aplicação superior a 5% do total dos recursos) desde maio de 2013: 5,04% (maio/13), 5,22% (junho/13), 5,17% (julho/13), 5,29% (agosto/13), 5,26% (setembro/13), 5,17% (outubro/13), 5,14% (novembro/13), 5,36% (dezembro/13), 5,36% (janeiro/14), 5,20% (fevereiro/14), 5,19% (março/14), 5,17% (abril/14), 5,10% (maio/14), 5,11% (junho/2014), 5,10% (julho/2014), 4,99% (agosto/2014), 5,12% (setembro/2014), 5,11% (outubro/2014), 5,08% (novembro/2014), 5,15% (dezembro/2014), 5,15% (janeiro/2015), 5,17% (fevereiro/2015) e 5,24% (março/2015). **Rentabilidade dos fundos de investimentos.** No fechamento do primeiro trimestre do ano, nenhuma aplicação financeira conseguiu superar a meta atuarial de 5,757%: Títulos 2015 (5,42%), Títulos 2024 (5,34%), Caixa Brasil IPCA XII (5,02%), Caixa Brasil IPCA X (4,85%), Santander IMA-B 5 (4,29%), Títulos 2021 (3,74%), Itaú IMA-B (3,27%), Bradesco DI (2,86%), Santander DI (2,85%), Caixa DI (2,82%), Itaú IRFM 1 (2,70%), Brasil IRFM 1 (2,26%), Santander Seleções Top Ações (2,05%), Santander Ibovespa (1,73%) e Caixa IBRX-50 (-0,71%), SulAmérica Total Return (-14,15%).

Desempenho financeiro dos Fundos de Investimentos em Renda Variável: a-) Caixa IBRX-50 (desvalorização acumulada de R\$ 1.250.120,78 - um milhão duzentos e cinquenta mil cento e vinte reais e setenta e oito centavos, b-) Santander Ibovespa Ativo (desvalorização acumulada de R\$ 463.055,30 - quatrocentos e sessenta e três mil cinquenta e cinco reais e trinta centavos) e c-) Santander Seleções Top Ações (valorização acumulada R\$ 26.582,61 - vinte e seis mil quinhentos e oitenta e dois reais e sessenta e um centavos). **7-) ESTRATÉGIA DE APLICAÇÃO.** A principal recomendação de especialistas em investimentos para momentos de instabilidade pode ser resumida em uma orientação: seja conservador. A palavra de ordem continua sendo a cautela, uma vez que as incertezas permanecem. Considerando uma visão de curto prazo, o RPPS possui duas alternativas: busca por maior retorno, considerando maiores aportes em títulos públicos/privados ou fundos atrelados a índices de maior duração (IRF-M, IDKa2, IMA-B5, IMA-B, IMA-B5+, IDKa20). Estas aplicações geralmente têm potencial de cumprimento da meta atuarial no longo prazo, porém são mais sensíveis às alterações nas taxas de juros, trazendo mais volatilidade ao portfólio ou proteção da carteira de investimentos, buscando maiores aportes em títulos públicos/privados ou fundos atrelados a índices de menor duração (CDI, IRF-M1). Os investimentos de curto prazo possuem menor potencial de cumprimento da meta atuarial, contudo reduzem a volatilidade da carteira em relação às alterações nas taxas de juros e trazem maior liquidez ao portfólio. **8-) DELIBERAÇÃO DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS.** Reformulação da carteira de investimentos, buscando maior diversificação e maior eficiência na obtenção dos retornos exigidos pelo objetivo de investimentos, levando em consideração as perspectivas do mercado para curto e médio prazo e principalmente considerando o perfil conservador do IPMU: a-) Fundo BB Dividendos MIDCAPS FIC Ações. Valor aplicado R\$ 330.890,18. Resgate total do fundo que não apresentava

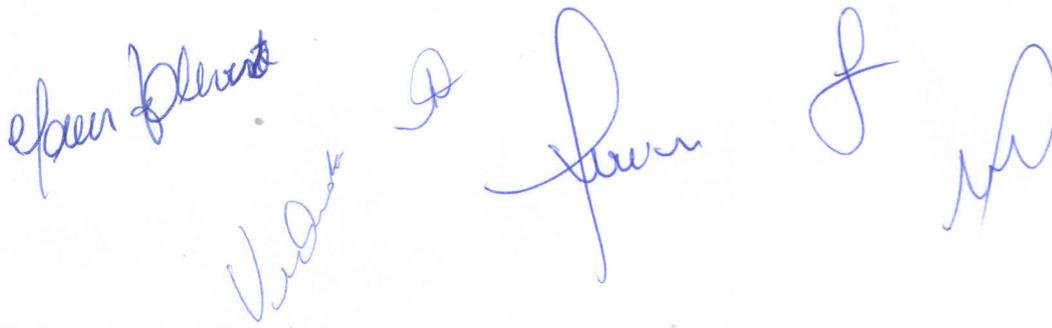


performance favorável quanto ao seu benchmark. O valor resgatado foi aplicado no fundo Santander Corporate FIC Referenciado DI; b-) Fundo Sntander Small Cap FI Ações. Valor aplicado R\$ 427.601,51. Migração total dos recursos aplicados para o fundo Santander FIC Seleções Top Ações. O fundo SMALL CAP não apresentava desempenho satisfatório nos períodos analisados. A escolha do fundo levou em consideração a sugestão do SANTANDER que acreditamos que o ano de 2015 seja positivo para fundos com estratégia Valor; c-) Fundo SUL AMÉRICA Total Return FI Ações. Valor aplicado R\$ 265.486,16. O fundo não apresentava rentabilidade satisfatória, o que demonstra o estilo de gestão e sua estrutura. Manter a aplicação pode não ser vantajosa para o momento, existem opções no mercado com rentabilidades superiores e projeção futura melhor. Valor aplicado no fundo Santander Corporate FIC Referenciado DI; d-) Encerrar as aplicações financeiras junto ao HSBC BANK BRASIL S/A, devido ao risco de imagem ao qual está associado, considerando as denúncias de que o HSBC na Suíça está no centro de um vasto escândalo de fraude fiscal e lavagem de capitais, com possíveis ramificações em outros países como o Brasil; e-) Fundo HSBC Regimes de Previdência Ativo FI Renda Fixa IPCA. Valor R\$ 13.071.223,04. Resgate total do fundo, direcionados ao fundo Itaú Soberano Renda Fixa IRFM 1 FI, fundo de curto prazo e com baixa volatilidade; f-) HSBC Regime de Previdência Ibovespa FIC Ações. Valor R\$ 5.353.773,24. Redução o percentual aplicado em renda variável, resgatando o valor total da aplicação, direcionado ao fundo Santander Corporate DI, fundo de curto prazo e com baixa volatilidade e g-) Recursos novos (contribuição previdenciária patronal e servidor, pagamento da parcela da dívida previdenciária e compensação previdenciária) deverão ser aplicados no fundo Santander IMA-B 5 Títulos Públicos Renda Fixa.

9-) CERTIFICAÇÃO DOS MEMBROS DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS. Através do processo IPMU/014/2014, foi contratada da empresa Crédito e Mercado Educação Executiva, para habilitar os membros do Comitê de Investimentos (Cícero José de Jesus Assunção, Osieo Hecher e Silvia Moraes Stefani Lima) à Certificação Profissional ANBIMA CPA-10. O custo será de R\$ 390,00 (trezentos e noventa reais) por login de acesso online. Conforme Portaria MPS nº 440, de 09 de outubro de 2013, que dispõe sobre as aplicações dos recursos financeiros dos Regimes Próprios de Previdência Social instituídos pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios e dá outras providências, no seu artigo Art. 3º, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão comprovar à SPPS que seus RPPS mantêm Comitê de Investimentos, participante do processo decisório quanto à formulação e execução da política de investimentos, sendo exigível a Certificação Profissional para a maioria dos seus membros. O prazo de comprovação encerrou em 31 de julho de 2014. Considerando que somente dois membros do Comitê de Investimentos comprovaram a Certificação Profissional (Flávio Bellard Gomes e Sirleide da Silva), o Instituto de Previdência Municipal de Ubatuba, está "irregular", podendo ser notificado pelo Ministério da Previdência e pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e não ter renovado o Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP que vencerá em 22 de março de 2015. Os membros do Comitê de Investimentos deverão apresentar a Certificação Profissional até o mês de maio de 2015. **10-)**

CERTIFICADO DE REGULARIDADE PREVIDENCIÁRIA. Atesta o cumprimento dos critérios e exigências estabelecidos na Lei nº 9.717/1998 (regras gerais para organização e funcionamento do RPPS), sendo exigido para realização de transferências voluntárias de recursos pela União, celebração de acordos, contratos, convênios ou ajustes, bem como de recebimento de empréstimos, financiamentos, avais e subvenções em geral de órgãos ou entidades da administração direta e indireta da União, liberação de recursos de empréstimos e financiamentos por instituições financeiras federais, pagamento dos valores devidos pelo Regime Geral de Previdência Social (COMPREV) e requerimentos para realização de operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Apesar da irregularidade quanto ao Demonstrativo das Aplicações e Investimentos, o CRP foi renovado em março, com validade até 19/09/2015. **11-) TRIBUNAL DE CONTAS.** As contas dos Exercícios de 2012 e 2013 estão aguardando julgamento da defesa. Com relação ao Exercício de 2014, falta a fiscalização. **12-)**

DEMONSTRATIVO PREVIDENCIÁRIO E FINANCEIRO. Conforme legislação em vigor, os demonstrativos do primeiro bimestre foram encaminhados e considerados regulares. **13-)**
CRENCIAMENTO DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS. Em atendimento a PORTARIA MPS Nº 440/2013, que dispõe sobre as aplicações dos recursos financeiros dos Regimes Próprios de



Previdência Social. Conforme processo IPMU/085/2013, o Comitê de Investimentos realizou e o Conselho de Administração aprovou, a atualização do credenciamentos das instituições financeiras aptas a recebem recursos financeiros do IPMU: Banco do Brasil, Banco Bradesco, Caixa Econômica Federal, Banco Santander Brasil e Itaú Unibanco. **14-) LICITAÇÃO.** Contratação de empresa Cecam Consultoria Econômica Contábil e Administrativa Municipal, para prestação de serviço de informática (folha de pagamento, previdência e contabilidade), pelo prazo de 12 meses, valor global de R\$ 58.200,00 (cinquenta e oito mil e duzentos reais). **15-) LAUDO DE VISTORIA DO CORPO DE BOMBEIRO.** Conforme exigência do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, foi providenciado Laudo de Vistoria do Corpo de Bombeiro nº 14510 com validade até 30/01/2020. **16-) METAS E OBRIGAÇÕES:** a-) renovação do Credenciamento das Instituições Financeiras, b-) recadastramento dos aposentados e pensionistas, c-) realização de Concurso Público, d-) capacitação dos membros do Comitê de Investimentos, e-) integrar-se com o SIPREV (Sistema Integrado de Informações dos RPRS) Obrigação Legal que subsidia a criação do Sistema de RPPS - Formação de Banco de dados a nível nacional de servidores públicos e seus dependentes, reforma da sede, e-) COMPREV (ativação das análises por parte do INSS) e f-) baixa dos Bens Patrimoniais. Dando sequencia à pauta, são apresentados aos membros do Conselho Fiscal os processos administrativos, processos financeiros, processos previdenciários, demonstrativos contábeis, relatórios contábeis, demonstrativos previdenciários, demonstrativos financeiros e demonstrativos de pagamentos do período. foram colocados a disposição dos Conselheiros Fiscais para análise. Após diversas colocações por parte dos membros do Conselho Fiscal, a Prestação de Contas relativa aos meses de janeiro/fevereiro/março de 2015, foram consideradas REGULARES. Nada mais a tratar, a reunião foi encerrada às 11 horas e para que conste, eu, Sirleide da Silva, que secretariei os trabalhos, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, vai por mim assinada, e pelos demais.

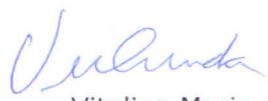

Aurelio Xavier Correa


Flávio Bellard Gomes


Sirleide da Silva


Cláudia Romana Ferreira de Oliveira


Luiz Gustavo Bastos de Oliveira


Vitalina Maria de Arruda